



Diário da Assembleia

LEI N. 7.663, DE 9 DE JANEIRO DE 1963

Eleva pensão mensal concedida a D. Isolina de Oliveira Tebaldi

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica elevada para a importância equivalente a 70% (setenta por cento) do valor do salário mínimo que vigor na Capital de São Paulo, a pensão mensal concedida pela Lei n. 5.740, de 25 de junho de 1960, a D. Isolina de Oliveira Tebaldi.

Artigo 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de janeiro de 1963.

a) Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de janeiro de 1963.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral, Substituto

LEI N. 7.664, DE 9 DE JANEIRO DE 1963

Institui gratificação destinada a compensar o regime especial de trabalho a que se sujeitam os integrantes da carreira de Delegado de Polícia e dá outras providências.

Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo em vista a rejeição do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n. 844, de 1962, de que resultou a Lei n. 7.626, de 6 de dezembro de 1962, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica instituída, a partir desta data, gratificação destinada a compensar o regime especial de trabalho a que se sujeitam os ocupantes de cargos da carreira de Delegado de Polícia e de Delegado de Polícia Substituto, respectivamente, das Tabelas III e I, ambas da Parte Permanente, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública, no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único — Caracteriza-se o regime especial de trabalho de que trata este artigo pelo atendimento simultâneo, das seguintes condições:

a) proibição do exercício de advocacia, em juízo ou fora dele, bem como do exercício de atividades particulares que tenham relação, ainda que indireta, com as funções próprias do cargo; e

b) cumprimento de horário irregular, sujeito a plantões noturnos e a chamados a qualquer hora.

Artigo 2.º — A gratificação pelo regime especial de trabalho, criada por esta lei, fica fixada em 13 (um terço) do valor da referência numérica do cargo.

Artigo 3.º — Com relação aos delegados de polícia a que se refere o artigo 50 da Lei n. 199, de 1.º de dezembro de 1948, tomar-se-á por base, para o cálculo da gratificação concedida por esta lei, importância equivalente à remuneração dos atuais delegados auxiliares, somados o valor da referência e o da função gratificada.

Artigo 4.º — Os servidores abrangidos por esta lei ficam impedidos de perceber gratificação de guarnição especial estabelecida pela Lei n. 6.055, de 28 de fevereiro de 1961.

Artigo 5.º — A gratificação de que trata esta lei incorporar-se-á aos vencimentos, apenas para fins de sexta parte e aposentadoria.

Artigo 6.º — Aplica-se o disposto nesta lei, no que couber:

a) aos ocupantes de cargos do Quadro da Secretaria da Segurança Pública cujos vencimentos são, por lei, equiparados aos de delegado de polícia; e

b) aos que, como integrantes da carreira de Delegado de Polícia, ou como ocupantes dos cargos referidos na alínea anterior, hajam passado à inatividade.

Artigo 7.º — Os benefícios outorgados por esta lei serão extensivos aos diretores efetivos da Diretoria do Serviço de Trânsito (DST), da Divisão de Diversões Públicas (D.D.P.) e da Divisão de Radiodifusão (DR), da Secretaria da Segurança Pública.

Artigo 8.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, um crédito de Cr\$ 64.500.000,00 (sessenta e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), suplementar às verbas abaixo discriminadas:

Verba n. 84-8.24.0 — Cr\$ 61.772.000,00

Verba n. 315-8.91.4 — Cr\$ 2.728.000,00

Parágrafo único — O valor do crédito a que se refere este artigo será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Artigo 10 — Revogam-se as disposições em contrário. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de janeiro de 1963.

a) Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de janeiro de 1963.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

ORDEM DO DIA

PARA A 51.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA,

AOS 10 DE JANEIRO DE 1963

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.349, de 1961, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, concedendo auxílio à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — Seção de São Paulo. Pareceres ns. 3.863, de 1962 e 30, de 1963, respectivamente das Comissões de Assistência Social e de Finanças, favoráveis.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — 2.ª discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1.066, de 1961, apresentado pelo deputado Avalone Júnior, elevando para a 1.ª classe a Delegacia de Polícia de Bauru. Pareceres ns. 1.212 e 3.845, de 1962, respectivamente das Comissões de Serviço Civil e de Finanças, favoráveis.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 979, de 1962, apresentado pelo deputado Santilli Sobrinho, dando a denominação de "Prof. Luciano Carneiro" ao Ginásio de Maracá. Pareceres ns. 3.264 e 4.240, de 1962, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

3 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 508, de 1961, apresentado pelo deputado Lavinio Lucchesi, autorizando a funcionar como Colégio o Ginásio de Buritama. Pareceres ns. 2.272 e 4.274, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

4 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.057, de 1961, apresentado pelo deputado Wilson Lapa, criando Delegacia Regional de Polícia em Fernandópolis. Pareceres ns. 3.595, de 1962 e 63, de 1963, respectivamente das Comissões de Serviço Civil e de Finanças, favoráveis.

5 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.003, de 1962, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, dispondo sobre aposentadoria com vencimentos ou salários proporcionais ao tempo de serviço a servidora pública. Parecer n. 3.593, de 1962, da Comissão de Serviço Civil, favorável.

6 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.278, de 1962, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a transferência do Museu Paulista na Secretaria da Educação para a Universidade de São Paulo. Com proposta de alteração. Parecer n. 3.821, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto e oferecendo emenda decorrente de sugestão apresentada nos termos do artigo 61 do Regimento Interno. Parecer n. 123, de 1963, da Comissão de Educação, favorável ao projeto, à emenda, com subemenda. Parecer n. 124, de 1963, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

7 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 606, de 1961, apresentado pelo deputado Onofre Gosuen, criando Escola de Engenharia em Franca. Parecer n. 2.072, de 1961, da Comissão de Justiça, favorável.

8 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 487, de 1962, apresentado pelo deputado Ruy de Almeida Barbosa, dispondo sobre concessão de empréstimos, pela Caixa Econômica a membros da Magistratura, do Ministério Público, escrivães e escreventes. Com emendas. Parecer n. 1, de 1963, de relator especial, favorável ao projeto e às emendas.

9 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 843, de 1962, apresentado pelo deputado Nagib Chaib, criando escola normal junto ao Colégio "Luiz Martini", de Mogi Guaçu. Parecer n. 3.786, de 1962, de relator especial, favorável.

P A U T A

PARA A 51.ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA,
AOS 10 DE JANEIRO DE 1963

EM PAUTA POR 5 (CINCO) SESSÕES PARA CONHECIMENTO E RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SENHORES DEPUTADOS, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 156 E 163 DO REGIMENTO INTERNO

1.ª SESSÃO

1 — Projeto de Resolução n. 3, de 1963, apresentado por relator especial, em seu Parecer n. 118, de 1963, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1957.

2 — Projeto de Resolução n. 4, de 1963, apresentado por relator especial, em seu Parecer n. 117, de 1963, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1958.

3 — Projeto de lei n. 6, de 1963, apresentado pelo deputado Francisco Franco, concedendo auxílio à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

2.ª SESSÃO

1 — Projeto de Resolução n. 1, de 1963, apresentado por Relator Especial em seu Parecer n. 74.63, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1956.

2 — Projeto de Resolução n. 2, de 1963, apresentado por Relator Especial, em seu Parecer n. 75.63, aprovando as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 1955.

3 — Projeto de lei n. 5, de 1963, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, dando a denominação de "Américo Alves" ao Ginásio de Aparecida.

4.ª SESSÃO

1 — Projeto de lei n. 2, de 1963, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, declarando de utilidade pública o Lions Clube de Araras.

2 — Projeto de lei n. 3, de 1963, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, criando Instituto Agrícola de Menores em Sertãozinho.

3 — Projeto de lei n. 4, de 1963, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, dispondo sobre desapropriação e encampação do Hospital Central do Câncer da Associação Paulista de Combate ao Câncer, bem como demais imóveis e pertences para o combate ao Câncer que serão incorporados à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

5.ª SESSÃO

Projeto de lei n. 1, de 1963, apresentado pelo deputado Francisco Franco, concedendo auxílio ao Instituto de Engenharia de São Paulo para a realização da Jornada Luso-Brasileira de Engenharia Civil.

EM PAUTA POR 2 (DUAS) SESSÕES, PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SENHORES DEPUTADOS, DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 1.º DO ARTIGO 159 DO REGIMENTO INTERNO

2.ª SESSÃO

1 — Projeto de lei n. 787, de 1956, apresentado pelo deputado Geraldo de Barros, criando escola de engenharia em Ourinhos. Parecer n. 93, de 1963, da Comissão de Redação.

2 — Projeto de lei n. 713, de 1958, apresentado pelo deputado Scalamandrê Sobrinho, criando centro de saúde na Capela do Socorro, na Capital. Parecer n. 83, de 1963, da Comissão de Redação.

3 — Projeto de lei n. 1.818, de 1958, apresentado pelo deputado Faravolini Junior, autorizando o Poder Executivo a adquirir adubos destinados à lavoura. Parecer n. 82, de 1963, da Comissão de Redação.

4 — Projeto de lei n. 2.647, de 1958, apresentado pelo deputado Scalamandrê Sobrinho, declarando de utilidade pública a Sociedade dos Amigos do Jardim da Saúde, da Capital. Parecer n. 81, de 1963, da Comissão de Redação.

5 — Projeto de lei n. 306, de 1959, apresentado pelo deputado Avallone Junior, criando escola de enfermagem em Bauru. Parecer n. 80, de 1963, da Comissão de Redação.

6 — Projeto de lei n. 442, de 1959, apresentado pelo deputado Orlando Zancaner e outros, abrindo crédito especial para ocorrer às despesas com a execução da Lei n. 5.234, de 15-1-59. Parecer n. 79, de 1963, da Comissão de Redação.

7 — Projeto de lei n. 773, de 1959, apresentado pelo deputado Luciano Lepera, criando Faculdade de Engenharia em Ribeirão Preto. Parecer n. 92, de 1963, da Comissão de Redação.

8 — Projeto de lei n. 848, de 1959, apresentado pelo deputado Semir Resegue, criando escola de enfermagem em Jau. Parecer n. 91, de 1963, da Comissão de Redação.

9 — Projeto de lei n. 176, de 1960, apresentado pelo deputado Santilli Sobrinho, criando colégio no município de Cândido Mota. Parecer n. 90, de 1963, da Comissão de Redação.

10 — Projeto de lei n. 369, de 1960, apresentado pelo deputado Gustavo Martini, criando subpostos de saúde nos bairros de Marapé e Ponta da Praia, em Santos. Parecer n. 89, de 1963, da Comissão de Redação.

11 — Projeto de lei n. 1.175, de 1960, apresentado pelo deputado Leonardo Caravola, criando subposio de assistência médico-sanitária no distrito de Coronel Goulart, em Álvares Machado. Parecer n. 78, de 1963 da Comissão de Redação.

12 — Projeto de lei n. 1.246, de 1960, apresentado pelo deputado José Felício Castellano, criando ginásio em Santa Gertrudes. Parecer n. 88, de 1963, da Comissão de Redação.

13 — Projeto de lei n. 1.273, de 1960, apresentado pelo deputado Chaves de Amarante, criando grupo escolar no Jardim Joanópolis, na Capital. Parecer n. 87, de 1963, da Comissão de Redação.

14 — Projeto de lei n. 1.337, de 1960, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis criando ginásio no bairro de Vila Brasil, na Capital. Parecer n. 86, de 1963, da Comissão de Redação.

15 — Projeto de lei n. 1.352, de 1960, apresentado pelo deputado Leoncio Ferraz Junior, instituindo a Festa da Cebola, a realizar-se em São José do Rio Pardo. Parecer n. 85, de 1963, da Comissão de Redação.